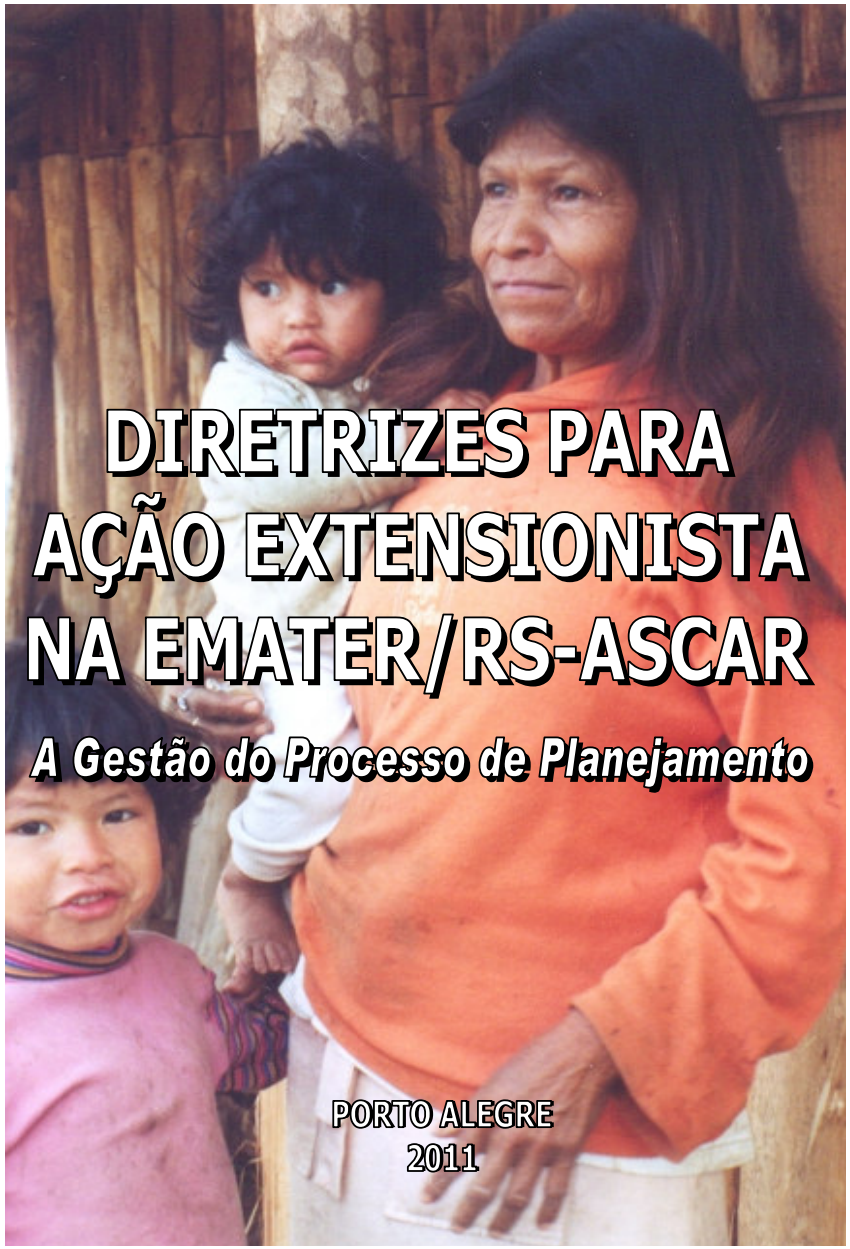
EMATER/RS ASCAR



DIRETRIZES PARA AÇÃO EXTENSIONISTA NA EMATER/RS-ASCAR

A Gestão do Processo de Planejamento

PORTO ALEGRE
2011

EMATER/RS ASCAR

DIRETRIZES PARA AÇÃO EXTENSIONISTA NA EMATER/RS-ASCAR

A Gestão do Processo de Planejamento

PORTO ALEGRE
2011

©EMATER/RS-ASCAR 2011
Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem prévia autorização deste órgão.

(Catalogação na publicação – Biblioteca da EMATER/RS-ASCAR)

E53d EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR
Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR : a gestão do processo de planejamento / EMATER/RS-ASCAR. – Porto Alegre : EMATER/RS - ASCAR, 2011.
47 p. : il.

1. Extensão Rural. 2. Assistência Técnica. 3. Diretrizes. 4. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 63.001.8”2011”(816.5)

EMATER/RS – ASCAR – Rua Botafogo, 1051 – CEP 90150-053 – Porto Alegre – RS – Brasil
Fone (0xx51) 2125-3144 / Fax: (0xx51) 21253156
http://www.emater.tche.br E-mail: biblioteca@emater.tche.br

REFERÊNCIA:

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR:** a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011. 47 p. il.

DIRETORIA DA EMATER/RS-ASCAR

– Presidente: Lino De David
– Diretor Técnico: Gervásio Paulus
– Diretor Administrativo: Valdir Pedro Zonin

Gerência de Planejamento – GPL
Cordula Eckert

Layout
Naira de Azambuja Costa

Normalização: Bibliotecária
Cleusa Alves da Rocha CRB 10 provisório 002/2011

APRESENTAÇÃO

A EMATER/RS-ASCAR é a principal instituição responsável pela elaboração e execução de políticas voltadas para o meio rural do RS. Sua atuação envolve um amplo conjunto de programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural, que compreende ações voltadas para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, a promoção da cidadania das famílias rurais e a busca da sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental, cultural, política e ética). Para isso, é importante compreender o contexto no qual estamos inseridos e no qual atuamos. Sabemos que a agricultura tem um papel vital na produção de alimentos, os quais devem ser produzidos incorporando de forma crescente os preceitos da sustentabilidade nas formas de manejo dos agroecossistemas, respeitando a diversidade cultural e ecológica das distintas regiões. Sabemos também que o meio rural vai além do agrícola: mais do que um espaço de produção, é um lugar para se viver, com direito ao acesso à cultura, lazer, educação e cidadania, de forma harmoniosa com o ambiente. É importante reconhecer também que, muito embora a existência de políticas públicas voltadas para o meio rural, ainda existe muita pobreza no meio rural. Enfrentar essa questão com uma atuação consistente, visando a inclusão social e produtiva dessas famílias, numa perspectiva emancipatória de sua condição atual, é um grande desafio que se coloca para a Extensão Rural.

Este documento, elaborado pela Gerência de Planejamento (GPL), com o apoio da Gerência Técnica (GET), tem o propósito de orientar o planejamento das ações da EMATER/RS-ASCAR para o ano de 2012. Não se propõe a substituir, mas a apoiar os esforços e as iniciativas locais e regionais voltadas para a discussão e construção das atividades planejadas. Em síntese, o que se pretende é, para além da projeção e do alcance de metas quantitativas (reveladoras dos resultados esperados e do esforço necessário), ajudar a construir processos, em parceria com as demais instituições e atores sociais que ajudam a promover o desenvolvimento rural. Esses processos devem ser baseados na participação como um método, ter foco na sustentabilidade e fortalecer o grau de empoderamento das famílias rurais.

Gervásio Paulus
Diretor Técnico da EMATER-RS
Superintendente Técnico da ASCAR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **7**

1 MARCO REFERENCIAL – EMATER/RS-ASCAR **9**
O MEIO RURAL E A MISSÃO PRIMEIRA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL 9
PRODUÇÃO E RENDA COM SUSTENTABILIDADE 9
EQUIDADE SOCIAL 10
DIÁLOGO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS REPRESENTATIVOS DO SETOR RURAL 10
TRANSVERSALIDADE NAS AÇÕES 10
UM MÉTODO BASEADO NA PARTICIPAÇÃO 11
POR UMA EMATER/RS-ASCAR REVIGORADA E COMPROMETIDA 11

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS CONSTITUINTES DO TRABALHO DA EMATER/RS-ASCAR **13**
VISÃO 13
MISSÃO 13
VALORES 13
PÚBLICO 13
OBJETIVOS 14
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 14
ÁREAS TEMÁTICAS 15
AÇÕES SOCIAIS E TÉCNICAS 15

3 FUNÇÃO, ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR, METODOLOGIA E PROCESSOS DE ATER **21**
CONCEITO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) 21
CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL 21
COLETA DE DADOS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES 21
A EMATER/RS-ASCAR E SUA OPÇÃO POR UMA ATER DIALÓGICA E PARTICIPATIVA 22
DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL 22
CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E DO CORPO FUNCIONAL 23
MÉTODOS, FERRAMENTAS, TÉCNICAS E PROCESSOS QUE PODEM SER UTILIZADAS NA ATER 24

4 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E OS PROCEDIMENTOS PARA SUA OPERACIONALIZAÇÃO 27
A FINALIDADE DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO 27
A ESTRUTURA DO PLANEJAEMNTO 27
ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS 28
ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL 29
UM DESAFIO PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL: PELO MENOS UM PLANEJAMENTO EM NÍVEL DE COMUNIDADE 31
INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL, O PLANEJAMENTO OPERATIVO MUNICIPAL E OS PLANOS POR COMUNIDADES 31
PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO 34
SISTEMA DE REGISTRO INFORMATIZADO DO PLANEJAMENTO – SISPLAN 35

REFERÊNCIAS 37

GLOSSÁRIO 39

ANEXO A – PLANEJAMENTO 2012 – VISÃO DE FUTURO – ORIENTAÇÕES 41

ANEXO B – MATRIZ PARA PLANEJAMENTO 43

ANEXO C – FOFA 45

ANEXO D – “CAIXA DE FERRAMENTAS” QUE PODEM SER UTILIZADAS EM PROCESSOS DE DRP 47

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de reafirmação do papel do Estado como regulador na economia e como indutor na implantação de políticas públicas, entre as quais as políticas voltadas para o meio rural; a percepção de que o rural vai além do agrícola, compreendendo um conjunto de atividades e relações que constituem um modo de vida e o desafio de refletir criticamente sobre o papel que a Extensão Rural vem desempenhando, irrompe a necessidade de pensar propostas de trabalho e estratégias de atuação, que qualifiquem, cada vez mais, sua atuação no campo das ações técnicas e sociais.

O papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) insere-se na perspectiva de construir processos que promovam o desenvolvimento local de forma sustentável (assumindo aqui as múltiplas dimensões da sustentabilidade: o social, o ambiental, o econômico, o político, o ético e o cultural), em sintonia com os referenciais teóricos e metodológicos da Instituição. Esse esforço articula-se com uma rede ampla de parceiros, que envolvem instituições de pesquisa e ensino, organizações e movimentos sociais, conselhos, fóruns, comitês e várias outras instâncias de representação e construção coletiva, sejam de âmbito municipal, regional e estadual. Assim, *a opção de atuar com centralidade na agricultura familiar e suas organizações e foco na sustentabilidade é um pressuposto na atuação da EMATER/RS-ASCAR.*

1 MARCO REFERENCIAL – EMATER/RS-ASCAR

A seguir, apresentamos os principais elementos que constituem o Marco Referencial da atuação da EMATER/RS-ASCAR

O MEIO RURAL E A MISSÃO PRIMEIRA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

É inquestionável a importância do setor rural no conjunto do desenvolvimento sócio-econômico do estado do Rio Grande do Sul. Cerca da metade da riqueza, gerada em solo gaúcho, provêm da agropecuária. De seus diversos componentes, 55% são oriundos da agricultura familiar, cuja função vital é de ser produtora de alimentos. Essa agricultura familiar conta com aproximadamente 378.000 estabelecimentos (90% do total) e é responsável por mais de quatro quintos dos empregos gerados no campo.

Embora detenha atualmente 15% da população total do Estado, deve-se considerar que 331 dos 496 municípios (2/3) têm menos de 10.000 habitantes, sendo estes municípios tipicamente rurais e 396 tem menos de 20.000 habitantes, nos quais a importância do rural é determinante, especialmente para os setores da agroindústria e serviços. Razão pela qual, a ATER do século XXI, deve incorporar de forma crescente os desafios contemporâneos de orientar e articular políticas que tenham efetividade na geração de renda e aumento da qualidade de vida no meio rural.

Atuar fortemente para manter e ampliar esta importância estratégica é a missão primeira da Assistência Técnica e Extensão Rural.

PRODUÇÃO E RENDA COM SUSTENTABILIDADE

Nas últimas décadas, o Rio Grande do Sul elevou consideravelmente os padrões produtivos da agricultura do Estado, considerando-se as principais culturas e criações. Manter ou ampliar esses padrões é importante, mas na medida crescente de sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, observando-se formas de manejo dos agroecossistemas, práticas e métodos sustentáveis de produção, a partir de um enfoque de produtividade, estabilidade, equidade e qualidade de vida. Igualmente, é fundamental avançar em direção à transição agroecológica, sobretudo nos sistemas produtivos com predomínio de produção de grãos.

O apoio indispensável às pequenas e médias propriedades rurais envolve, além da produção agropecuária, um conjunto de outras atividades geradoras de renda, emprego e valorização do meio rural, tais como a agroindustrialização, o artesanato, o turismo rural e outras atividades que configurem um rural com gente respeitada no seu saber fazer. Manter níveis satisfatórios de população rural requer uma atenção redobrada sobre alternativas para a juventude rural e atenção crescente para com os idosos. Um eficiente apoio ao desenvolvimento rural nestas bases é requisito para a redução das desigualdades regionais e microrregionais, via o dinamismo econômico e promoção social, no qual as distintas formas de associativismo e em especial do cooperativismo têm importância fundamental.

A busca de níveis crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos agroecossistemas, para atender aos requisitos da produção, geração de renda e qualidade de vida no meio rural é missão primordial dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

EQUIDADE SOCIAL

A pobreza também se faz presente, de forma significativa, no campo gaúcho. Atualmente 451.746 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família no Estado, sendo que cerca de 1/3 destas famílias se encontram no meio rural. As populações tradicionais como: indígenas, quilombolas e os segmentos como os pescadores artesanais, pecuaristas familiares e parte dos assentados de reforma agrária, apesar das atuais políticas de apoio, ainda necessitam de melhores condições para sua integração sócioeconômica e desenvolvimento de suas capacidades.

Ter uma atuação consistente no melhoramento das condições de vida das populações pobres do rural do RS, além de um desafio, é uma missão necessária aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

DIÁLOGO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS REPRESENTATIVOS DO SETOR RURAL

O setor rural do RS apresenta uma sólida e representativa base social, composta pelos setores sindical, cooperativista e dos movimentos sociais, além de uma extensa formação de conselhos, fóruns e outras formas de representação. Os municípios, com suas preocupações e políticas, também se constituem como espaços privilegiados de interlocução, juntamente com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Mais recentemente, os Territórios da Cidadania e Territórios Rurais têm assumido um importante lugar na formulação e implantação de ações em prol do desenvolvimento.

O debate e consideração com as distintas representações dos produtores rurais e suas reivindicações e a implantação de ações nos espaços construídos para o desenvolvimento dos municípios, regiões e territórios é medida democrática e eficaz dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

TRANSVERSALIDADE NAS AÇÕES

A busca constante de um padrão equilibrado de desenvolvimento tem seu alicerce na integração de políticas e de ações no meio rural. Uma melhor qualidade de vida e exercício da cidadania supõe um conjunto de políticas, de atribuição da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), mas que conta, também, com ações a cargo das outras Secretarias de Estado, como: a educação, a saúde, a habitação e saneamento, a cultura e lazer e a infraestrutura rural. É de fundamental importância, também, no âmbito estadual, a integração de políticas e ações com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA).

No âmbito do Governo Federal, principalmente através dos Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Desenvolvimento Social, o suprimento de recursos financeiros e humanos às políticas a serem executadas para o desenvolvimento e para o apoio na erradicação da pobreza rural é de fundamental importância. Para um melhor desenvolvimento dos trabalhos a cooperação técnica com universidades e instituições de pesquisa deve ser uma diretriz a ser alcançada. A abordagem territorial (entendendo-se os territórios como espaço rural com gente e identidade) pode contribuir muito para o exercício da transversalidade, integrando políticas púbicas, reforçando convergências de objetivos e sinergia de esforços.

A transversalidade nas ações e a cooperação científica devem ser bases para uma atuação à altura dos atuais desafios colocados aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

UM MÉTODO BASEADO NA PARTICIPAÇÃO

Um método de trabalho que contemple as estratégias acima delineadas deve primar pelo espírito da participação. O respeito às diversidades ambientais e culturais e a consideração com os diferentes saberes acumulados pelos agricultores (as) e seus projetos de vida são as bases iniciais para levar adiante um projeto de trabalho inclusivo e democrático.

"Contribuir na construção de contextos de desenvolvimento local sustentável, a partir de processos e metodologias participativas, é um imperativo aos serviços da assistência técnica e extensão rural."

POR UMA EMATER/RS-ASCAR REVIGORADA E COMPROMETIDA

Dentre as instituições de apoio rural do RS, a EMATER/RS-ASCAR exerce um lugar de fundamental importância por sua presença em praticamente todo o estado do RS, por sua experiência acumulada, pelos resultados de seu trabalho e pela confiança nela depositada por extensos segmentos da vida rural. *Para dar conta dos desafios colocados é necessário um aporte significativo de novos recursos financeiros para sanar as atuais dificuldades, a recomposição de seus quadros técnicos para atingir patamares condizentes com as atuais demandas e expectativas e um ousado programa de qualificação dos quadros técnicos para as novas diretrizes propostas para um novo meio rural.*

"Uma Emater fortalecida para atuar em um meio rural que tenha como alicerces a produção sustentada, a igualdade de oportunidades e a vida digna de toda a população."

A atuação da EMATER/RS-ASCAR é também orientada por um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos que pautam o seu enfoque de trabalho. Por isso, apresentamos a seguir esses referenciais.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS CONSTITUINTES DO TRABALHO DA EMATER/RS-ASCAR

VISÃO

Ser uma instituição de referência em Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como na prestação de serviços de Classificação e Certificação, reconhecida pela excelência da qualidade de seus trabalhos voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

MISSÃO

Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

VALORES

a) Gestão democrática e transparente.
b) Conduta ética nas relações internas e com os atores externos.
c) Reconhecimento e valorização dos empregados da instituição.
d) Compromisso com os resultados do trabalho e com a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental, política, cultural e ética.
e) Legalidade e moralidade nos atos administrativos e no uso dos bens e patrimônio a serviço da instituição.

A promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável inclui suas múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, política, cultural e ética.

PÚBLICO

A EMATER/RS-ASCAR interage com a pluralidade dos segmentos e atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural do estado do Rio Grande do Sul.

Atua de maneira preferencial e prioritária junto às unidades de produção familiar.

Desenvolve ações com públicos diferenciados - remanescentes de quilombos, assentados de reforma agrária, indígenas, pecuaristas familiares e pescadores profissionais artesanais.

OBJETIVOS

a) Alcançar patamares crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos recursos naturais e dos agroecossistemas, com base nos princípios da Agroecologia;

b) Estimular a validação de tecnologias ambientalmente adaptadas e a apropriação de conhecimentos que permitam níveis crescentes de produção agropecuária com o uso adequado dos recursos disponíveis, com vistas à geração de renda e fortalecimento da participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas.

c) Promover processos de beneficiamento e agroindustrialização da produção familiar, com vistas à agregação de renda e valorização da cultura e apoiar outras iniciativas emergentes no meio rural, tais como o artesanato, turismo e outras.

d) Buscar a participação cidadã e a inclusão social nas ações de assistência técnica e extensão rural considerando as questões de gênero e geração, bem como promover a inclusão dos agricultores(as) pobres, das populações quilombolas, indígenas, de pecuaristas familiares, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária, de forma a integrá-los ao desenvolvimento rural, garantindo a sua segurança e soberania alimentar e nutricional.

e) Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar;

f) Auxiliar nos processos de comercialização, com isenção e imparcialidade, garantindo os padrões de qualidade dos produtos normatizados e os vinculados à particularidades das partes interessadas e atendidas pelos serviços de classificação e certificação.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

a) Privilegiar os processos e métodos participativos nas ações de assistência técnica e extensão rural, valorizando os distintos saberes e buscando a permanente ampliação da cidadania e a inclusão social dos atores envolvidos.

b) Fortalecer os espaços representativos da agricultura familiar nas diferentes áreas de atuação como forma de ampliar a gestão participativa e o controle social das políticas públicas; buscando uma integração com as entidades e instituições parceiras – prefeituras, sindicatos, cooperativas, organizações e movimentos sociais.

c) Estimular e apoiar formas associativas de organização autônoma, com ênfase para o fortalecimento do cooperativismo, respeitando os povos e comunidades tradicionais, as questões de gênero, geração, raça e etnia; assim como a diversidade cultural e ambiental das distintas regiões.

d) Considerar e adotar de forma crescente os territórios como abordagem metodológica para o planejamento de ações e espaço privilegiado para o exercício da transversalidade nas ações, integrando distintas políticas públicas e esforços de diferentes instituições parceiras.

e) Estimular a criação de redes temáticas, de forma a permitir o permanente intercâmbio horizontal de conhecimentos e o debate dos grandes temas que são objeto de atuação da EMATER/RS-ASCAR.

f) Desenvolver atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural buscando a integração e sinergia entre as ações voltadas para aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida e trabalho das famílias rurais.

ÁREAS TEMÁTICAS

Tendo presente os referenciais acima expostos, cabe situar os grandes temas que orientam as atividades extensionistas, do ponto de vista técnico-econômico e social, a partir de uma visão sistêmica e de um enfoque integrado e integrador. Entre esses temas, destacam-se:

- Agroindústria;
- Fruticultura/olericultura;
- Transição agroecológica de sistemas produtivos de grãos/manejo de solo e água;
- Gestão ambiental/sistemas agroflorestais;
- Produção sustentável de leite;
- Formação técnico-social;
- Pecuária familiar;
- Sucessão familiar, juventude e gênero;
- Processos e metodologias participativas em ATER;
- Inclusão social e produtiva no meio rural;
- Gestão da produção, abastecimento e cooperativismo.

Para as atividades mais voltadas para a atuação social, cabe destacar as que seguem:

AÇÕES SOCIAIS E TÉCNICAS

Tendo em vista que o trabalho desenvolvido pela EMATER/RS-ASCAR guarda em si grande complexidade, considerando a análise do cenário de conjuntura, assim como a promoção do desenvolvimento rural sustentável, propõe-se uma abordagem transversal e objetiva nas seguintes áreas temáticas:

- **Segurança e Soberania Alimentar**

Promover a segurança e soberania alimentar e nutricional sustentável, incentivando a produção para o autoconsumo, juntamente com ações que visem à educação alimentar e à melhoria da qualidade dos alimentos, além de resgatar os hábitos alimentares saudáveis da comunidade e as mais diversas técnicas de preparo dos alimentos produzidos localmente. Além disso, estimular e orientar o acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais, como uma possibilidade de geração de renda e aproximação entre os produtores e os consumidores. Construir, de forma participativa, políticas públicas que promovam maior sintonia ambiental com os diferentes biomas.

- **Povos e Comunidades Tradicionais**

Reconhecer a situação de vulnerabilidade social, cultural, ambiental e econômica dos povos e comunidades tradicionais, considerando que esta se deve ao histórico fenômeno de dominação colonial e excludente que desapropriou, escravizou e discriminou os povos e comunidades tradicionais.

Para desenvolver-se a inclusão social, deve-se investir em políticas públicas, programas e ações reparatórias, que visem à resgatar a igualdade de oportunidades que historicamente foi negada.

Articular ações e colaborar para a participação ativa dessas pessoas na construção das diretrizes e das políticas públicas a serem implementadas ao seu favor, mediante atuação junto às suas organizações (quilombolas, indígenas, pescadores artesanais), através da troca entre saberes técnicos e tradicionais, considerando as comunidades atendidas em suas singularidades e demandas específicas, e estimular sua autonomia, reconhecendo-as como sujeitos ativos em face dos espaços que ocupam, viabilizando a

correspondente destinação de recursos para projetos de melhorias nas suas condições de vida.

- **Políticas de Relação de Gênero**

Contribuir para a eliminação das discriminações entre os gêneros e trabalhar pela equidade de oportunidades entre as pessoas que vivem no mundo rural, com atenção especial às mulheres.

Reconhecer, respeitar e propiciar o fortalecimento das formas organizativas das mulheres, primando pelo exercício do protagonismo e a extinção das formas tutelares de atuação.

Cooperar para a inclusão produtiva das mulheres e para o desenvolvimento de suas habilidades empreendedoras, que garantam o autossustento. Contribuir para a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos, à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural, pela superação da jornada tripla de trabalho com a conquista da qualidade de vida, observando as práticas adequadas à conservação do meio ambiente.

- **Cooperativismo e Associativismo**

Reconhecer e valorizar as formas organizativas e associativas da agricultura familiar, em especial o cooperativismo, através da disponibilidade de informações atualizadas e seguras, e prestar assessoramento técnico que contribua para o seu fortalecimento, buscando interação com instâncias participativas da comunidade (sindicatos, conselhos, fóruns e outras).

Desenvolver ações no sentido de estimular e implementar estratégias associativas de cunho solidário, com a finalidade de obter melhores condições de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e tradicional, em face da intensa competição e exigência técnica do atual mercado globalizado.

- **Saneamento Básico, Habitação e Paisagismo**

Apoiar, estimular, planejar, orientar, promover e desenvolver, em sintonia com programas e políticas públicas específicas, juntamente com comunidades e parcerias, ações voltadas para: a preservação e recuperação ambiental e prevenção de doenças relacionadas à qualidade da água, à disposição dos esgotos e dos resíduos de atividades humanas na área rural, através de tecnologias (instalações sanitárias para tratamento de esgotos, melhoria da qualidade da água e disposição de resíduos sólidos), metodologias e instrumentos pedagógicos adequados; à melhoria da habitação e seus arredores, com vistas à integração dos diversos ambientes de convívio das pessoas no meio rural, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida.

- **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar**

Hoje a demanda dos movimentos sociais e organizações de juventude é que o rural apresente alternativas para um espaço de vida, com acesso à educação de qualidade, ao lazer e cultura, oportunidade de postos de trabalho e geração de renda.

Por isso a necessidade da escuta atenta aos jovens rurais, procurando identificar suas necessidades e desejos, para melhor conhecê-los.

O trabalho com este segmento social requer a necessidade de mapear as instituições que trabalham em âmbito local com este público e que tipos de atividades cada uma realiza, propondo uma ação coletiva.

Os dados de pesquisas existentes, com juventude rural, devem servir para uma visão global das suas necessidades. Porém, para o trabalho local, é necessário realizar um diagnóstico, específico, com a juventude rural em algumas comunidades do município, procurando identificar o perfil e demanda destes atores sociais, servindo também como instrumento de negociação com o poder público local.

É imprescindível que os extensionistas apropriem-se das políticas públicas específicas de juventude rural, conhecendo as oportunidades, estabelecendo um canal de comunicação para mediar e auxiliar no acesso dos jovens. Os extensionistas deverão, ainda, conhecer amplamente a realidade do município no qual estão inseridos, contribuindo criticamente nos debates e planejamentos municipais e regionais.

Deve-se propiciar espaços para o diálogo entre gerações, lembrando que uma geração aprende com a outra. Realizar uma escuta atenta, procurando perceber como ocorre a participação dos jovens na esfera das decisões da família, como os pais os consideram na organização produtiva familiar, obtendo assim informações que possam ser relevantes ao trabalho de ATER, referente à sucessão nas unidades familiares de produção.

É necessário, sempre que possível, priorizar ações estruturadas, dentro dos municípios, microrregiões ou territórios, fortalecendo as iniciativas já existentes.

- **Idosos**

Contribuir para a formação de agentes sociais e formulação de políticas públicas destinadas aos idosos do meio rural, desenvolvendo atividades que visem à promoção para o envelhecimento saudável e ativo nos planos físico, mental, social e cultural. Valorizar e capturar sua contribuição para o resgate continuado da memória local.

- **Artesanato**

Estimular e promover o desenvolvimento de capacidades artísticas e resgates culturais, proporcionando ao artesão a qualificação profissional, o desenvolvimento de técnicas de aproveitamento progressivo das matérias-primas presentes no meio rural, associadas à busca de mercado para a comercialização de seus produtos e inserção da atividade nas políticas públicas, assim como gerar emprego e renda de forma complementar ao orçamento familiar rural, observada a adequação e legalidade comercial.

- **Turismo Rural**

Incentivar o desenvolvimento da atividade turística sob a ótica da sustentabilidade econômica, social e ambiental, de forma a valorizar a cultura local e promover a integração da comunidade, contribuindo para a consolidação da atividade como fonte de emprego e renda às famílias rurais, considerando a transversalidade, principalmente com as áreas do artesanato, gastronomia, agroindústria e gestão ambiental, assim como as particularidades e demandas locais e, ainda, estimular a participação da comunidade nas instâncias de gestão e na construção de políticas públicas para o turismo.

- **Promoção da Qualidade de Vida**

Articular e cooperar em processos educativos e participativos que sejam indutores de práticas de vida saudáveis, ambiental, social e culturalmente referenciadas, com vistas à promover a qualidade de vida no meio rural.

- **Combate à Pobreza no Meio Rural**

Atuar de forma atenta à pobreza no meio rural, pois essa é agravada em relação à pobreza urbana, uma vez que para essas pessoas o acesso à informação é precário, estão fisicamente distantes da prestação de serviços e dos equipamentos de proteção social, referentes à saúde, assistência, educação, justiça, segurança pública e promoção da cidadania.

Os desafios para o acesso às políticas públicas de promoção da agricultura familiar, da equidade de gênero, gerações, políticas de inclusão produtiva e mesmo as políticas afirmativas são inúmeros, pois requerem uma habilitação que muitas vezes essas populações não têm, exatamente pelas dificuldades de acesso físico, por não disporem de informações seguras e, muitas vezes, por constrangimentos discriminatórios praticados por órgãos estratégicos na execução de algumas ações e programas, perpetuando uma exclusão cíclica.

O exercício de assistência técnica no meio rural nesses casos, para além das atividades já desenvolvidas, é o de oportunizar inúmeras informações e possibilitar a aproximação dos serviços responsáveis pela conquista da efetiva cidadania aos mais vulnerabilizados, tendo sempre presente que a pobreza não se dá de forma linear, ela atinge mais gravemente alguns grupos sociais.

Mulheres, idosos, crianças, deficientes, pessoas negras e indígenas, a maioria vivendo em áreas de degradação ambiental e de difícil acesso, configuram-se em grupos de alta vulnerabilidade. Muitas vezes esses fatores são cumulativos na mesma coletividade, constituindo-se no fenômeno da extrema pobreza. Têm-se, como exemplo, as regiões de agricultura familiar deprimidas econômica e socialmente, assim como comunidades indígenas e quilombolas, que merecem, portanto, atenção redobrada da atuação extensionista.

- **Garantia de Direitos**

Incorporar progressivamente no fazer da ATER a lógica da garantia de direitos. Conceber os sujeitos, as famílias e coletividades com as quais atuamos no meio rural como portadores de direitos, como autônomos, com livre determinação, com direito ao protagonismo e ao tratamento equânime, isento de qualquer tipo de discriminação.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, um sujeito é portador de direitos quando: sabe que tem o direito e sabe aonde reclamá-lo, se estiver em situação de violação. Em caso contrário, o direito está sendo violado e o Estado é o ente que deverá responder por esta violação.

A promoção da inclusão produtiva, por vezes, requer habilitações prévias que as pessoas vivendo em vulnerabilidade não dispõem, exatamente por sua condição de vida. Nestes casos, devemos prestar-lhes as informações seguras e referenciar-lhes serviços que possibilitem a construção de capacidades, como requisito para o acesso às políticas públicas de garantia de direitos, de inclusão social e produtiva.

Para esse exercício, requer-se o conhecimento das legislações e normas pertinentes, o mapeamento e articulação com as instituições prestadoras destes serviços e ainda aproximação com os seus respectivos gestores sociais.

- **Assistência Social**

Interagir nas instâncias regionais, territoriais, municipais e em espaços participativos que envolvam a construção e o aperfeiçoamento do sistema de proteção social, da política nacional de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando sempre como entidade da sociedade civil ou como entidade beneficente de assistência social, nunca como representante governamental. Estar sempre atento para conferir visibilidade às ações desenvolvidas que têm indiscutivelmente caráter socioassistencial, quer pelo perfil dos usuários, quer pelo tipo de atividade. Disputar para a ASCAR o status de equipamento social especializado na atenção às pessoas vivendo no meio rural, uma vez que as unidades de atenção do SUAS, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), são localizadas em áreas urbanas, e por isso não alcançam as populações vulnerabilizadas que habitam em áreas de difícil acesso, com obstáculos físicos e econômicos para sua circulação.

- **Educação e Promoção da Saúde**

Promover a saúde, atuando diretamente com as comunidades rurais para o resgate dos saberes populares e a qualificação do autocuidado das famílias rurais, incluindo a construção/implantação de políticas públicas para a saúde, a educação em saúde, o lazer comunitário, a fitoterapia e conhecimento sobre plantas medicinais, aromáticas e condimentares, e a construção de projetos coletivos, de forma que se estabeleça um processo de autonomia, no qual cada um seja sujeito da sua própria saúde, da garantia dos seus direitos à saúde pública, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida.

- **Educação Ambiental**

Estimular e promover ações de sensibilização e mobilização voltadas para a compreensão e a melhoria das relações entre as pessoas e entre essas e o meio ambiente em que vivem, destacando:

- implementação de metodologias como trilhas ecológicas, caminhadas, seminários, campanhas, cursos, encontros, dias de campo, oficinas, palestras;
- participação em espaços de discussão dos temas ambientais, como fóruns, conselhos e grupos técnicos;
- integração de ações com parcerias locais.

3 FUNÇÃO, ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR, METODOLOGIA E PROCESSOS DE ATER

A função primordial da EMATER/RS-ASCAR é a prestação oficial de serviços de assistência técnica e extensão rural. A par disso executa outras atividades como a classificação e certificação de produtos de origem vegetal e a coleta de dados e geração de informações.

Cabe destacar que o compromisso de manter os serviços de ATER foi assegurado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1 de 1991 a nº 58 de 2010.

"Art. 186 - O Estado manterá serviço de extensão rural, de assistência técnica e de pesquisa e tecnologia agropecuárias, dispensando cuidados especiais aos pequenos e médios produtores, bem como a suas associações e cooperativas."

CONCEITO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é definida como: "serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.", segundo a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, em seu artigo segundo. Esta lei, conhecida como Lei de ATER institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

A questão da segurança alimentar e a crescente exigência da população urbana, enquanto consumidora, determina um maior controle, revestido da devida isenção, da qualidade dos produtos vegetais. Essa atividade influencia o preço dos produtos, tanto nacionais quanto importados, o que reitera a importância do serviço de classificação e certificação ser executado pela Instituição.

COLETA DE DADOS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Atualmente a informação representa um importante patrimônio para qualquer instituição. Neste sentido, aproveitando sua capilaridade e presença efetiva junto aos agricultores e suas entidades representativas, a EMATER/RS-ASCAR vem consolidando sua participação na coleta de dados básicos de safra dos principais produtos agropecuários gaúchos, incluindo dados de plantio, produção, produtividade e preços. Essa atividade é ação importante na colaboração com os governos estadual e federal, uma vez que o fornecimento de dados e informações contribui para a articulação de diversas políticas públicas orientadas para o rural.

A EMATER/RS-ASCAR E SUA OPÇÃO POR UMA ATER DIALÓGICA E PARTICIPATIVA

A EMATER/RS-ASCAR desde o ínicio dos anos 80 articula avanços em pedagogias mais dialógicas. Em 1986/87, quando surgiu o movimento "Repensar da Extensão Rural", se propôs a refletir criticamente sobre o papel que a extensão vinha desempenhando no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. Especificamente a partir de 1995, a EMATER/RS-ASCAR procurou apropriar-se de metodologias participativas, buscando assessorar-se para a capacitação de temas como Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), assim chamado na época e estudos de cadeias. A partir daí, especialmente no período 1999 a 2002, a Instituição intensificou sua postura participativa, encorajando seu corpo técnico a desenvolver metodologias, em que a produção do conhecimento e das tecnologias disponibilizadas ao público beneficiário da ATER fossem construídas de forma aberta e coletiva, consolidando uma nova consciência de realidade e de oportunidades de diagnósticos, planejamento e avaliação de processos e mudanças.

Assim, esforços metodológicos têm sido despendidos visando ir além de uma ATER difusionista, que centra seus esforços no repasse e na transferência de conhecimentos tecnológicos, visando basicamente o aumento da produção agropecuária e da produtividade. Novas propostas metodológicas têm sido incorporadas pela EMATER/RS-ASCAR, com destaque especial para alguns aspectos como:

– Uma concepção de educação que identifica o educando – o agricultor – como sujeito, agente do processo histórico e transformador da realidade.

  Nessa concepção, deve estabelecer-se uma relação de diálogo e aproximação de saberes entre o educando e o educador, para incentivar a reflexão crítica, a partir da problematização e a teorização da prática e da realidade vivida, colaborando para o (re)planejamento das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da unidades familiares de produção, assim como nas diversas instâncias de representação e articulação política, considerando as esferas municipal, microrregional, regional e territorial.

  Com o objetivo de reforçar uma proposta de ATER dialógica são estimulados métodos e procedimentos participativos, que adotam como princípio o respeito ao agricultor como sujeito de sua história e dono de um saber resultante de um processo de aprendizado repassado por gerações.

DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL

Para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável, novos desafios são colocados, atribuindo-se ao Extensionista o papel de *agente de desenvolvimento rural*. Para isto, faz-se necessário uma maior clareza sobre as características de desenvolvimento de cada município, região ou território, e sua inserção no cenário estadual, nacional e mundial, exigindo diagnósticos, estudos das cadeias produtivas, estudo dos sistemas agrários e sistemas de produção, suas características, fragilidades e potencialidades com vistas à construção de cenários e à inserção da EMATER/RS-ASCAR na construção desses processos.

Cabe ao extensionista, na condição de agente de desenvolvimento rural, atuar junto com agricultores familiares, suas representações, parcerias e os diversos níveis de instituições governamentais, municipal, estadual e federal, com vistas a uma co-promoção do processo de desenvolvimento, articulando os recursos financeiros e o capital humano disponíveis. Estimula-se assim o desenvolvimento local, com a valorização das cadeias curtas, processo fortalecido com o lançamento de algumas políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Propõe-se ao extensionista rural o papel de agente de desenvolvimento rural

Outro desafio da Ater é trabalhar com a abordagem territorial. Quanto ao entendimento de território, utiliza-se o conceito do MDA/SDT (2005):

> O território como "um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caraterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial".

Incorpora-se ao processo de planejamento da EMATER/RS-ASCAR uma nova estratégia que é essa dimensão territorial, mas que não se restringe apenas aos territórios institucionalizados pelo governo federal (como os Territórios da Cidadania, os Pré-Territórios e os Territórios Rurais de Identidade), pois podem ser considerados territórios outros espaços desde que apresentem as características atribuídas a esse conceito.

Assim, cabe a todos os extensionistas rurais algumas perguntas como: que tipo de desenvolvimento propomos? Como construir esse processo no município com os agricultores, parceiros, entidades representativas, instituições e fóruns de representação a curto, médio e longo prazo? Como construir esse processo em uma perspectiva mais macro, considerando o município inserido e compartilhando essa visão de futuro e de planejamento com outros níveis de articulação, como o microrregional, regional ou territorial?

CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E DO CORPO FUNCIONAL

A capacitação de agricultores é uma estratégia fundamental para a obtenção de resultados e impactos que atendam aos preceitos da nossa Missão. Sendo assim, são fundamentais a realização de capacitações técnicas nos Centros de Treinamento e ainda outras que poderão ser realizadas em nível local. De outro modo, é importante capacitar os conselheiros municipais de desenvolvimento rural e os diversos atores sociais sobre as ações de diagnóstico e planejamento, visando à consecução das estratégias de planejamento a serem desenvolvidas pela instituição, em conjunto com as outras instituições parceiras.

Para dar conta dos novos desafios lançados à ATER, faz-se necessário investir na capacitação do corpo funcional, através de um programa de formação técnico-social, incentivando a permanente busca de conhecimento e auto-capacitação, que possibilite tanto a leitura e a construção de cenários, como a identificação de tendências e o desenvolvimento de estratégias eficazes, que respondam às demandas do público beneficiário, bem como oportunizar o conhecimento sobre metodologias participativas que estimulem o diálogo e a troca de saberes entre o agricultor e o extensionista. Também faz-se necessário a capacitação em metodologias adequadas às especificidades de públicos, como é o caso dos agricultores em situação de pobreza ou pobreza extrerma e excluídos, indígenas, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária e pecuaristas familiares.

Além de capacitar para o domínio das técnicas e ferramentas das metodologias participativas, outro aspecto fundamental é aprofundar e apoiar o debate sobre a importância da postura extensionista. Para isto, tem-se clareza que o simples uso de técnicas desenvolvidas a partir do enfoque participativo, não garante por si só a efetiva participação dos agricultores. É necessária uma mudança de postura do extensionista na forma de encarar o agricultor. Como alertam Guijt e Cornwall (1995), "aprender o uso de técnicas é a parte fácil. Adquirir a habilidade de

comunicação e facilitação para aplicar junto aos agricultores é o mais difícil".

Nas palavras de Chambers (1984):

> "O grande desafio é ouvir e aprender com os agricultores, encorajando-os a expressarem suas idéias, significados e prioridades, e tratá-los não só como colegas e colaboradores, mas também como professores".

Assim, mais difícil que aplicar as técnicas da metodologia é a postura adequada dos aplicadores, que não podem descuidar-se de seu papel de facilitadores da expressão de opiniões daqueles de quem se busca a participação; caso contrário, corre-se o risco de ter impressões contaminadas pelas idéias dos próprios aplicadores, comprometendo todo o trabalho, muitas vezes sem que se tenha consciência disto. Se isto ocorrer, os aplicadores da metodologia estarão sendo manipuladores e não facilitadores. Essas diretrizes é que deverão nortear o planejamento e a condução das diversas atividades de ATER.

Esse entendimento também é reforçado na Política Nacional de ATER (PNATER) que, a partir de 2003, estimula a extensão rural e consolida em sua proposta a construção de uma nova pedagogia de ATER que visa ir além de uma ATER difusionista, não apenas centrada no repasse e na transferência de conhecimentos tecnológicos, visando basicamente o aumento da produção e da produtividade agropecuária. A PNATER enfatiza a necessidade de que a "práxis" dos extensionistas rurais seja baseada em metodologias que assegurem a participação dos beneficiários em todas as fases do processo de planejamento e desenvolvimento. "A extensão rural pública deve priorizar a relação entre agricultores e agentes de Ater, criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético." (CAPORAL; RAMOS, 2006)

Para os mesmos autores, ".... O novo enfoque de Ater requer que o agente esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. Graças à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas, adequadas às condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. (CAPORAL; RAMOS, 2006).

MÉTODOS, FERRAMENTAS, TÉCNICAS E PROCESSOS QUE PODEM SER UTILIZADAS NA ATER

Para a execução de ações de assistência técnica e extensão rural, a EMATER/RS-ASCAR propõe a adoção de diversos métodos, ferramentas e processos, com ênfase para metodologias participativas, que estimulem o diálogo com os agricultores familiares. Entre esses, destacam-se os seguintes:

- **Métodos Individuais**

Como visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural conduzido pelo extensionista) e outros.

Especialmente as visitas têm sido estimuladas para a realização de diagnóstico de unidades de produção familiares, bem como para a prestação de assistência técnica e extensão rural, e isto tanto por parte de Chamadas Públicas da parte do MDA e do INCRA como também pela própria EMATER/RS-ASCAR em projetos de ATER. A valorização desse método é pelo fato de propiciar um contato direto com os agricultores, retomando um

processo de assistência mais direta aos agricultores na própria unidade de produção.

- **Métodos Grupais**

Como reunião, oficina, encontro, seminários, curso, excursão, dia de campo, demonstração de métodos, demonstração de resultados, unidade didática ou unidade demonstrativa e outros.

Os métodos grupais são largamente utilizados para o trabalho de ATER, em função de sua eficiência e eficácia.

- **Métodos de Massa**

Como exposição ou feira, campanha, concurso ou semana especial e outros.

Os métodos de massa são considerados muito eficientes quando o propósito é atingir um grande público. Normalmente, em processos que envolvem várias parcerias e instituições.

- **Métodos Participativos**

Diagnóstico rural participativo, unidades de experimentação participativa, pesquisa-ação participativa, sistematização de experiências.

O diagnóstico rural participativo (DRP) é caracterizado por Verdejo (2006) como um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento.

O DRP foi largamente utilizado na Instituição entre 2000 a 2005, sendo que nesse período foram contabilizados cerca de 2.529 DRP, envolvendo 88.717 famílias (Stein, 2007), com uma forte influência para o planejamento e execuções de ação de ATER, a partir das informações e demandas geradas com esses DRP.

Essa metodologia continua a ser utilizada de forma mais pontual, especialmente em trabalhos com novas comunidades ou assentamentos. Além disso, uma série de ferramentas e técnicas que compõem o DRP também são utilizadas em outros métodos como reuniões, seminários, visitas de diagnóstico nas propriedades. Entre essas técnicas cita-se a leitura de paisagem, a caminhada transversal, entrevistas semiestruturadas, uso da FOFA, (identificação das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), elaboração de mapas e maquetes[1], calendários e uso do tempo, uso de diagramas, itinerário de desenvolvimento, matriz de planejamento, calendário agrícola, rotina diária de atividades, etc.

A sistematização de experiências é uma prática que foi utilizada na instituição (em 2002, 2004 e 2006), como um processo de reflexão que pretende ordenar e organizar o que tem sido a trajetória, os processos e os resultados de um projeto ou iniciativa, buscando nessa dinâmica as dimensões que podem explicar o curso que assumiu o trabalho realizado. Assim, a sistematização de experiências não é simplesmente um relato ou uma publicação, mas trata-se de um processo de reflexão crítica de uma experiência concreta, com o propósito de envolver os protagonistas em processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos a partir das experiências, de forma que se desenvolvam suas capacidades para tomar melhores decisões, cada dia com crescente autonomia.

A pesquisa-ação e as unidades de experimentação participativa são metodologias que utilizam a realidade concreta das unidades de produção como objeto de investigação e ação,

[1] Entre os mapas tem-se de recursos naturais, mapa social, da comunidade, de fluxos econômicos, de migração da situação futura, etc.

valorizando o saber e a participação dos agricultores na condução dos projetos de pesquisa.

Esses projetos buscam a integração entre pesquisadores, extensionistas e agricultores para a geração de conhecimentos, promovendo reflexões a partir da observação e análise da realidade, para gerar conjuntamente alternativas e soluções visando à melhoria dos processos em nível da produção e beneficiamento dos produtos gerados. Também são geradas demandas para uma investigação mais criteriosa a ser conduzida através de experimentos científicos, bem como outros procedimentos não experimentais, em centros de pesquisa das instituições integrantes do programa, ou até mesmo nas próprias unidades de produção. Dessa forma, aproxima-se a atuação da pesquisa e da extensão como agentes do desenvolvimento, permitindo gerar demandas para a pesquisa oriundas da realidade do próprio agricultor, que participa ativamente desse processo.

Da ação com o público, trabalhado a partir de diversos métodos, saem demandas e reivindicações que devem ser analisadas, priorizadas e incorporadas no processo de planejamento.

A EMATER/RS-ASCAR propõe a ênfase para as metodologias participativas, que estimulem os diálogos com os agricultores familiares.

4 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E OS PROCEDIMENTOS PARA SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Segundo Buarque (1999), o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis. [...] em um processo permanente de reflexão e análise para a escolha das alternativas que permitam alcançar determinados resultados desejados no futuro..

A FINALIDADE DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

O processo de planejamento tem por finalidade concretizar os postulados da Missão da EMATER/RS-ASCAR. Para tanto, identifica o que se convencionou chamar de Foco da Missão que tem os seguintes elementos-chaves:

Sua proposta à sociedade:

- Criar condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Delimita o ambiente da ação: - a agricultura familiar, suas organizações e os públicos diferenciados.
- Define o escopo da ação: - promover o Desenvolvimento Rural Sustentável.

A ESTRUTURA DO PLANEJAEMNTO

O processo de planejamento das ações de Ater é desencadeado basicamente pela inter-relação dos seguintes elementos: políticas e programas públicos; valorização de parcerias estratégicas e de espaços participativos de representação social e das necessidades, problemas e linhas de ação definidas em contato direto com as unidades de planejamento, conforme representação esquemática ao lado.

Fig. 1 - Estrutura do Planejamento.

As instâncias básicas do processo são as comunidades rurais, os municípios, grupos e associações de beneficiários. Entretanto, os resultados do trabalho (diagnósticos, priorizações, definição de linhas de ação...) nesses âmbitos básicos, através de encadeamentos sucessivos, em fóruns de desenvolvimento, aumentam a abrangência do planejamento de ATER incluindo os contextos microrregional, regional e estadual.

A partir da missão, que focaliza as ações de ATER para a agricultura familiar e públicos diferenciados, visando à construção do desenvolvimento rural sustentável, a EMATER/RS-ASCAR articula-se com instituições parceiras e populações beneficiárias para planejar participativamente os processos e canais de discussão necessários para a elaboração dos planos de desenvolvimento, tendo como visão de base geográfica o território, que pode variar de um único município até um conjunto de municípios ou, mesmo, de localidades de diferentes municípios, desde que suas dinâmicas de desenvolvimento assim o exijam.

Com base na Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes de ação da EMATER/RS-ASCAR, conforme apresentado no Item 2 deste documento, cabe a elaboração das diretrizes estratégicas regionais a serem construídas por cada Esreg, junto com interlocutores regionais, e que servirão de base para a formulação dos planos operativos municipais.

ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS

A partir da missão, que focaliza as ações de ATER para a agricultura familiar e públicos diferenciados, visando à construção do desenvolvimento rural sustentável, o escritório regional da EMATER/RS-ASCAR articula-se com instituições parceiras e populações beneficiárias para planejar participativamente os processos e canais de discussão necessários para a elaboração das estratégias regionais, a partir de diagnósticos e construção de cenários.

Para o diagnóstico, como ponto de partida é importante uma análise da situação atual da região, com levantamento dos principais sistemas de produção, dos indicadores sócio-econômicos, dos gargalos, das fragilidades e das potencialidades para avaliar, juntamente com interlocutores regionais, as estratégias propostas para o desenvolvimento da região, em uma visão de territorialidade, e qual o papel proposto para a EMATER/RS-ASCAR nesse processo de desenvolvimento. As estratégias regionais também deverão contemplar compromissos institucionais firmados pela EMATER/RS-ASCAR com os governos estadual e federal para fins de execução de políticas públicas.

Entre os interlocutores regionais destaca-se o papel dos Coredes, das regionais da Famurs, da Fetag, da Fetraf, do MPA, de fóruns de representação regional ou microrregional, das universidades, bem como de representações de agricultores e de trabalhadores presentes na região e outros movimentos sociais. Importante é que as diversas entidades e instituições tenham objetivos comuns para o atingimento de propostas que efetivamente façam diferença no processo de desenvolvimento regional, mobilizando e compartilhando para isso os seus próprios recursos financeiros disponíveis e carreando os recursos creditícios para a construção desse plano regional. Esse planejamento estratégico regional adquire características de territorialidade justamente na medida em que se busca a identificação de problemas e de alternativas que passem a ser comuns a todos os atores envolvidos.

A seguir, apresenta-se um esquema simplificado de um **Planejamento Estratégico**, que parte da **Missão institucional** e seus objetivos, norteando uma **Estratégia Global de Desenvolvimento**, e sendo operacionalizado por meio de planos, programas e projetos. Nesse esquema, os projetos são construídos e executados, organizando e mobilizando intervenções humanas, a partir de uma análise situacional dos ambientes interno e externo, devendo ser monitorados e avaliados de acordo com a missão institucional proposta. (ECKERT e TRINDADE, 2009).

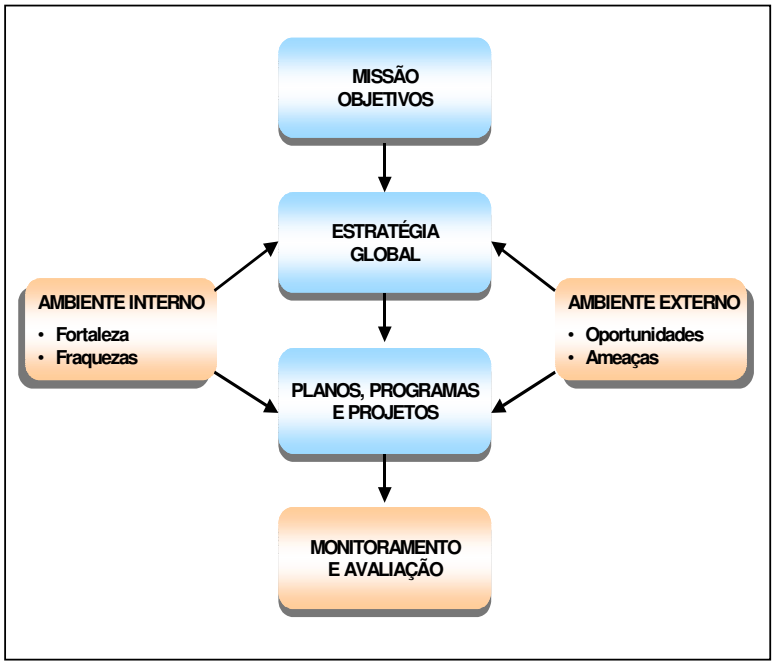


Fig. 2 - Esquema Simplificado de um Planejamento Estratégico

As estratégias regionais devem traduzir-se em planos, programas e projetos, que depois devem ser executados, e sua execução monitorada e avaliada. É recomendável que esses planos, programas e projetos tenham definição de objetivos, metas, metodologia de execução e custos. Cabe destacar que, se o objetivo é formular estratégias que efetivamente contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se entender esse planejamento como um processo a ser construído com objetivos e metas a longo prazo, alicerçados por objetivos e metas a atingir a médio e curto prazo. Planejamento é um processo, e as ações executadas ano a ano devem colaborar para atingir um objetivo dentro de um cenário de mais longo prazo.

Nessa construção do planejamento das estratégias regionais, cabe a pergunta de qual o papel e como são contempladas as reivindicações formuladas em nível local na definição das estratégias regionais. Entende-se que o planejamento regional não pode estar descolado das demandas e estratégias locais, pelo contrário, deve partir das problemáticas locais e alicerçar-se sobre essas expectativas visando reforçar o caráter participativo do planejamento.

ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Com base na missão, valores, objetivos e diretrizes da EMATER/RS-ASCAR, incorporadas na definição das estratégias regionais, cabe a elaboração do planejamento municipal, o qual deve ser uma construção conjunta dos extensionistas do escritório municipal, com o apoio do supervisor e ATR, e a participação direta dos agricultores, de suas representações, das diversas instâncias de conselhos e fóruns presentes no município.

Para o planejamento municipal é importante partir-se de um diagnóstico, com levantamento de dados e informações do município, à semelhança dos estudos de situação que eram elaborados pelos escritórios municipais. Esse levantamento de dados deve incluir os sistemas de produção predominantes no município, potencialidades, fragilidades e expectativas dos diversos atores envolvidos. Essas informações tanto podem ser levantadas através de dados censitários disponíveis no IBGE e Prefeitura Municipal, bem como podem ser obtidas através de leituras de paisagem que podem ser realizadas junto com as comunidades, grupos, representações e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Nesse processo de levantamento de demandas também deverão ser incorporadas outras prioridades que foram colocadas pelos agricultores e outros públicos a partir da execução das atividades de ATER no município. Ao longo do ano, são executadas várias ações de ATER, com a utilização de diferentes metodologias

como visitas, reuniões, seminários, diagnósticos e outros, através das quais são colocadas demandas, algumas não possíveis de serem atendidas com aquela ação e que podem e devem ser incorporadas para o próximo planejamento. Também deve se ter a preocupação de inclusão de novas famílias e comunidades a serem apoiadas pela EMATER/RS-ASCAR, em especial os socialmente excluídos, a serem incorporados em um projeto de combate à pobreza e inclusão social. As questões de gênero, de etnia e da juventude rural também devem estar presentes nesse processo de planejamento, incorporando as especificidades em relação a esses diferentes tipos de público.

Esses dados e as demandas levantadas, posteriormente, devem ser analisados e problematizados para a definição de prioridades que deverão compor o planejamento municipal. Assim como já foi salientado para o planejamento estratégico, é recomendável que esse plano tenha definição de objetivos, de metas, de metodologia de execução e de previsão de disponibilidade de recursos. Uma alternativa é a montagem de um quadro simples, que é bastante utilizado pela EMATER/RS-ASCAR e que consta dos seguintes itens: “o que fazer”, “quem faz”, “como faz”, “quando faz”, e “recursos necessários”. A título de sugestão ver a planilha no Anexo B.

Outro aspecto importante é incluir nesse plano municipal os compromissos institucionais assumidos pela EMATER/RS-ASCAR com os governos federal e estadual, bem como incorporar possíveis demandas da prefeitura municipal. O mais adequado é quando esses compromissos institucionais conduzem ao encontro das demandas das comunidades e grupos, evitando possíveis conflitos entre compromissos institucionais e demandas locais.

A análise e problematização dos dados e das demandas devem ser realizadas com os próprios agricultores, suas representações e com as diversas instâncias municipais. Isso pode ser feito através de reuniões ou seminários nas comunidades e nos grupos e, depois, consolidadas nos fóruns e nos conselhos.

É importante que essas demandas priorizadas, efetivamente contribuam para a melhoria de qualidade de vida das famílias e para alavancar o processo de desenvolvimento local e municipal, o que reforça o papel da Extensão Rural como agente do desenvolvimento e como disseminadora de um planejamento sustentável, nas suas diversas dimensões: econômica, social, ambiental, ética e cultural.

Assim, é construído um planejamento participativo e dialógico, entendido como *“o processo de tomada de decisões com o envolvimento dos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade, vale dizer, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus múltiplos interesses e visões de mundo*.” (BUARQUE, 2004).

A solução para problemas identificados não, necessariamente exige novos recursos. Muitas vezes, é o uso inadequado dos recursos disponíveis que faz com que não se reforce processos de melhoria das condições de vida dos envolvidos. Trata-se assim, de pensar propostas que efetivamente contribuam para a construção de um cenário mais favorável, a partir do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na própria comunidade e no município, além do aporte de novos créditos.

No processo de diagnóstico pode ser apurada a inadequação de sistemas de produção utilizados no município, o que exige que, nesse processo de planejamento, existam propostas de redesenho dos sistemas de produção adotados e dos processos tecnológicos utilizados.

Nas sistematizações de experiências, elaboradas pela EMATER/RS-ASCAR, têm-se vários exemplos de municípios que optaram pela adoção do redesenho de seu processo de produção, investindo em novas culturas, muitas vezes com a participação de municípios lindeiros reforçando, assim, uma identificação de territorialidade. Assim, municípios que se caracterizavam por indicadores como IDH e IDESE E GINI (indicadores sociais que indicam o comportamento da economia, o desenvolvimento humano e o socioeconômico) negativos, passaram a apresentar indicadores

positivos, transformando-se em paradigma em termos de planejamento, organização e gestão municipal.

Esses processos de (re)planejamento exigem a conjugação de forças de todos os atores e sujeitos do município, incluindo os agricultores e suas representações, as entidades governamentais e não governamentais do município, com apoio da EMATER/RS-ASCAR.

Definidas as prioridades e estratégias, compõe-se o planejamento municipal, também denominado como Plano Operativo Municipal, que passa a ser um documento compromissado com os atores e sujeitos do município e que norteará a execução das ações de ATER a serem desenvolvidas pelos extensionistas rurais. Em muitos casos, esse plano é parte constitutiva do próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Ressalta-se que esse quadro, reflexo do crescente processo de municipalização das ações e serviços de utilidade pública, não é apenas uma questão formal, mas, sobretudo, é um movimento da sociedade no sentido de buscar referenciais situacionais e estratégicos, que apontem demandas, fontes de recursos e canais de interlocução social, na perspectiva da construção de seu desenvolvimento.

UM DESAFIO PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL: PELO MENOS UM PLANEJAMENTO EM NÍVEL DE COMUNIDADE

As estratégias de planejamento adotadas pelos 492 escritórios municipais, agrupados nos dez escritórios regionais são as mais diversas. Alguns Esreg já adotam uma estratégia mais dialógica e participativa no seu processo de planejamento, enquanto que outros o restringem a um somatório de metas e demandas definidas em nível do próprio escritório municipal.

Visando incentivar um processo de planejamento local que incorpore procedimentos mais dialógicos e participativos, um desafio é lançado a todos os escritórios municipais: executar pelo menos, um planejamento comunitário. Para tanto, a primeira tarefa do escritório municipal é selecionar a comunidade e com ela construir um processo envolvendo levantamento de problemas, de potencialidades e de fragilidades, de demandas e de prioridades, visando compor um Plano Operativo para essa comunidade.

Nesse processo podem ser utilizados diversos métodos, ferramentas e técnicas já referidos como discussão em grupo, reuniões, seminários, diagnóstico, itinerário de desenvolvimento, caminhadas, leitura de paisagem, FOFA, uso de visualização móvel, etc., ou a execução de todo o processo do DRP.

Com essa proposta não se pretende engessar as estratégias adotadas pelos escritórios municipais, pois sabe-se que, para muitos, a estratégia dominante é o planejamento por grupos de interesse. Entende-se, entretanto, que o desafio de elaborar pelo menos um planejamento com uma comunidade rural, permitirá incorporar novas pessoas a serem assistidas e que apresentam essa característica de compor uma comunidade, com problemas comuns e com possibilidade de definição de estratégias de ação que se tornam efetivas justamente por seu caráter comunitário. O contexto desse Plano Operativo Comunitário também deverá ser incorporado ao Planejamento Operativo Municipal.

INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL, O PLANEJAMENTO OPERATIVO MUNICIPAL E OS PLANOS POR COMUNIDADES

Entendendo-se o planejamento como um processo, percebe-se que metas definidas para o curto prazo devem contribuir para atingir resultados no médio prazo e que somado à execução de outras metas nos anos

O planejamento deve ser um processo, com metas de curto e médio prazo contribuindo para alcançar impactos ao longo prazo.

posteriores permitirão alcançar impactos a longo prazo. Assim, deve-se ter clareza sobre o encadeamento entre as metas priorizadas a curto prazo com o planejamento estratégico a médio e longo prazo.

Também deve-se entender como um processo a integração e vinculação entre os planejamentos em nível das unidade locais como comunidade, grupo, associação ou cooperativa, com o planejamento municipal e com as estratégias definidas em um nível mais macro, seja o regional, o estadual e o federal. Os níveis de planejamento mais locais influem com demandas e com execuções de ações que vão repercutir no nível macro. Por sua vez, as instâncias mais abrangentes, através especialmente da definição de políticas públicas, também têm influência no planejamento e na execução de ações em nível local.

Essa interrelação entre os diferentes níveis de planejamento deve ser vista como positiva, ressaltando-se a necessidade de convergirem para um objetivo comum, qual seja, o desenvolvimento rural sustentável, visando o fortalecimento da agricultura familiar, o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, o que é a missão da EMATER/RS-ASCAR.

É importante que, para esse processo de planejamento, seja estimulada e favorecida a participação de todos os atores e sujeitos envolvidos, os agricultores e suas representações, seja através de comunidades, grupos, associações, cooperativas ou de fóruns de representação em suas diversas instâncias, com participação também das prefeituras municipais, dos conselhos, das universidades, com o(a) extensionista rural da EMATER/RS-ASCAR assumindo um papel de articulador(a) e de apoio.

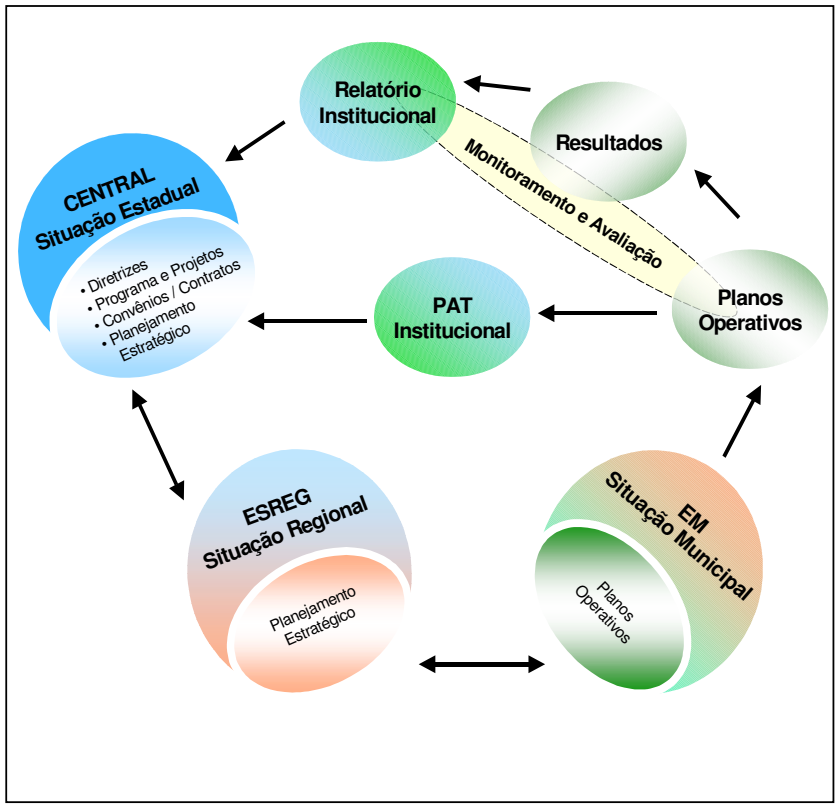


Fig. 3 - Fluxo do Planejamento

COMPONENTES RELACIONADOS AO FLUXO DE PLANEJAMENTO

CENTRAL	REGIONAL		MUNICIPAL		
Situação Estadual	**Situação Regional**	**Planejamento Estratégico**	**Situação Municipal**	**Planejamento Operativo / Comunidade**	**Resultados**
▪ Diretrizes: Governo Estadual, Federal e Institucional ▪ Programas / Projetos ▪ Convênios / Contratos	▪ Diretrizes ▪ Diagnóstico ▪ Público+Representações +Parceiros ▪ Informações sociais / culturais / econômicas / ambientais ▪ Sistema de produção / matrizes produtivas ▪ Fragilidades / gargalos ▪ Demandas ▪ Cenários	▪ Objetivos ▪ Estratégias ▪ Projetos / Programas ▪ Recursos	▪ Diagnóstico ▪ Público+Representações +Parceiros ▪ Informações sociais / culturais/ econômicas / ambientais ▪ Sistema de produção / matrizes produtivas ▪ Metodologias participativas ▪ Demandas ▪ Cenários	▪ Visão de Futuro ▪ Objetivos ▪ Metas (atividades / práticas) ▪ Programas / Projetos ▪ Recursos ▪ SISPLAN Planejamento	▪ Metas Alcançadas ▪ SISPLAN Resultados ▪ Relatório - Impactos da ação de Planejamento

PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Os procedimentos a serem seguidos para organizar o ato de planejar devem levar em conta que o processo baseia-se nas demandas das comunidades, nas negociações de convênios, nas ações de diagnóstico e traçado de cenários e desenvolve-se e é executado onde se faz presente a Assistência Técnica e a Extensão Rural. O procedimento finaliza-se com a inserção das atividades/práticas no SISPLAN, instrumento que permite a uniformidade nos registros, visibilidade do conteúdo e evolução do processo no âmbito institucional.

Assim sendo, destaca-se os preceitos:

1. O Planejamento Institucional corresponde ao ano civil e é uma ação continuada.
2. As definições têm prazos, tanto no âmbito estadual, quanto no regional e de comunidades/grupos. Estabelece-se que as atividades/práticas a serem implementadas, bem como a melhor estratégia para atingimento das metas, devem estar formuladas até meados de outubro do ano em curso.
3. A primeira quinzena de agosto, até a segunda quinzena de outubro deve ser dedicada à discussão/revisão com os Supervisores e ATR e, também, a efetivação do lançamento dos registros no SISPLAN.
4. Cada EM deve apresentar, com o planejamento municipal, pelo menos um planejamento de comunidade.

Deve-se destacar que os *planos municipais* e *plurianuais* passam a ser exigências da “lei de meios”, ou orçamento municipal e, de certa forma, representam um desafio "novo" para a maior parte do corpo técnico da EMATER/RS-ASCAR, pois até recentemente os planos elaborados abrangiam comunidades, microbacias, grupos, instituições ou apenas as ações da extensão.

Sendo o processo de planejamento uma linha de ação continuada, em algumas regiões, a etapa atual é a de elaboração dos Planos Operativos (anuais) nos âmbitos das comunidades, municípios e regiões, e/ou preparo de subsequentes Fóruns Regionais. A partir das diretrizes apresentadas busca-se organizar o ato de planejar com o apoio de um sistema informatizado que permite uniformidade nos registros, visibilidade do conteúdo e evolução do processo em todos os âmbitos institucionais.

Para tanto, a gestão do processo de planejamento encerra um conjunto de ações de assessoramento e acompanhamento às equipes de extensionistas, em diferentes momentos e âmbitos de abrangência, com a finalidade do processo qualificar-se em unicidade e uniformidade nos registros informatizados.

SISTEMA DE REGISTRO INFORMATIZADO DO PLANEJAMENTO – SISPLAN

O Sistema de Registro Informatizado do Planejamento (SISPLAN) é um amplo sistema de informações das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tendo por base o planejamento e os resultados dos Escritórios Municipais.

O SISPLAN é o instrumento do Sistema de Planejamento da EMATER/RS-ASCAR que tem por finalidades:

- Dar visibilidade ao planejamento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dos Escritórios Municipais em qualquer nível administrativo: municipal, regional e central, desde que o interessado tenha acesso *on-line* através da Intranet na página oficial da EMATER/RS-ASCAR.
- Obter informações específicas, tais como: atividades, práticas, metas anuais, métodos, resultados e público atendido.
- Registrar a execução das ações de ATER e seus resultados.
- Manter um cadastro básico das famílias e seus integrantes que efetivamente participam das ações de ATER, desde o seu planejamento até a sua execução.
- Desenvolver e consolidar dois postulados básicos da sistemática do planejamento municipal, ou seja: a unicidade no processo que orienta a sistemática do planejamento e a uniformidade na forma de incluir as ações planejadas no sistema informatizado.
- O postulado da uniformidade tem incluso dois conceitos fundamentais às informações geradas, isto é: o da validade decorrente das normas que orientam a inclusão das ações de ATER, no sistema informatizado e o da fidedignidade que permite à qualquer pessoa, desde que seguindo o mesmo caminho, obtenha exatamente a mesma informação registrada e consultada, até a sua origem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (MDA). **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (MDA). **Secretaria de Desenvolvimento Territoria**l. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt> . Acesso em: 05 out. 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, set. 2006.

CHAMBERS, Robert. **Pequenos agricultores e cientistas**. Tradução Carlos B. Schlottfeldt e Sebastião R. Bressan. Brasília, EMBRATER, 1984. 24 p. (Leituras selecionadas, n. 5).

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. (DESER). Desenvolvimento municipal e gestão social das políticas públicas. **Boletim do DESER**, Curitiba, n. 113, p. 1-27, 2000. (Encarte especial).

ECKERT, Córdula; TRINDADE, Luis Alberto. **Orientações para elaboração de projetos**. Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2007. 41 p.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR**: a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 61 p.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Consultoria do Senado Federal, 2008. 50 p. (Textos para discussão, n. 48). Disponível em: < http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf> . Acesso em: 05 out. 2010.

Rio Grande do Sul. Constituição (1989). **Texto constitucional de 3 de outubro de 1989**: com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1991, a nº 58, de 2010.

STEIN, Mauro Fernando. **O planejamento participativo e a democratização das políticas públicas de desenvolvimento rural**: o caso do município de Putinga/RS. 2007. 228 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático. Revisão e adequação Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília, DF: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

GLOSSÁRIO

ATORES SOCIAIS: "são os grupos e os segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos, segundo sua posição na vida econômica e na vida sócio-cultural, e que, por sua prática coletiva, constróem identidades, interesses e visões do mundo convergentes, procurando espaços de influenciação do jogo de poder" (BUARQUE, 1999).

FOFA: é uma ferramenta simplificada de promoção da participação, que faz um diagnóstico do ambiente interno e do ambiente externo. O nome da ferramenta é **FOFA,** porque faz a análise dos seguintes fatores condicionantes: FORTALEZAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS e AMEAÇAS, com as quais defronta-se um grupo, uma comunidade, uma instituição, uma entidade, ou uma determinada situação. Os condicionantes analisados no ambiente interno são chamados de fortalezas/fraquezas, enquanto que os externos são, oportunidades/ameaças.

INDICADORES: medidas referenciais de comparação. A ATER se utiliza de alguns indicadores, dentre eles estão:

- IDH: **Índice de Desenvolvimento Humano** é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para separar os países desenvolvidos (muito alto desenvolvimento humano), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). Vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

- IDESE: **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico para Rio Grande do Sul** é um índice sintético, inspirado no **IDH**, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento/domicílios; saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas

- GINI: **Coeficiente de Gini** é uma medida de desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

LEI DE MEIOS: ou Orçamento Anual, publicada para o exercício, determina a dotação ou crédito de cada unidade orçamentária por projeto/atividade.

MATRIZES PRODUTIVAS: constitui o conjunto das principais atividades econômicas agrícolas e não agrícolas, que se desenvolvem em determinado espaço rural. Nela estão contidas as principais Cadeias Produtivas,que, conforme BATALHA (1977), configuram-se na lógica do encadeamento de atividades de um determinado produto e perpassam pelos seguintes estágios: insumo, produção, transformação, comércio e consumo. A importância de seu estudo reside no conhecimento de suas origens, causas e necessidade da sua reestruturação via novas atividades produtivas que coexistem com as atividades tradicionais, objetivando sua dinamização. É importante definir suas potencialidades e limitações como alternativa para o desenvolvimento local, regional e/ou territorial.

POLÍTICA PÚBLICA: Segundo o Departamento de Estudos Sócio - Econômicos Rurais (DESER), a gestão das políticas públicas deve ser social, não podendo servir a interesses pessoais e particulares. O público beneficiário deve participar, diretamente ou através de suas organizações, na elaboração, definição, fiscalização e avaliação. Para

essa entidade, "política pública" é definida como "[...] um conjunto de ações organizadas e planejadas, realizadas com recursos públicos e que tem como objetivo atender as necessidades e demandas da população."(DESER, 2000).

SISTEMA AGRÁRIO: de acordo com MAZOYER e RUDART (1997), representa o modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, o qual está relacionado a um conjunto de forças de produção, adaptado às condições bioclimáticas , delimitado por espaço definido que corresponde às condições e às necessidades do meio.

Pode-se ainda ampliar a definição como sendo a combinação das seguintes variáveis: meio cultivado, instrumentos de produção (recursos humanos e materiais), divisão social do trabalho (agricultura, artesanato, agroindústria, etc.), os excedentes agrícolas, as relações de troca com outros atores sociais, as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção, dos bens de consumo e, por fim, como o conjunto de idéias e instituições que permitem assegurar a reprodução social.

SISTEMA DE PRODUÇÃO: é a maneira pela qual o produtor se organiza dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção que o estabelecimento agrícola dispõe (ex. força de trabalho, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.).Este conceito integra ainda as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais na unidades de produção. O sistema de produção pode ser considerado como a combinação de subsistemas interdependentes, como os sistemas de cultivo e de criações. (DUFUMIER, 1996).

TERRITÓRIO: é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial."

TERRITÓRIO RURAL: são os territórios, conforme o item anterior, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: A identidade cultural é entendida aqui como o conjunto de elementos que configuram a fisionomia de um determinado território, elementos esses que resultam do processo sócio-histórico de ocupação da região, das suas tecnologias produtivas, formas de sociabilidade, convívio e produção material e imaterial. Integram esse vasto mosaico da ação humana nesses ambientes os patrimônios histórico, artístico, cultural e ambiental. Tal identidade é entendida não como um conceito museológico, estático, mas como um vivo e regular processo de intercâmbio, de trocas e assimilações, resultando no sincretismo que carrega, de um lado para o outro, de uma região para outra, pessoas e signos que se aculturam, refazem e ressurgem ao lado de expressões tradicionais em seus novos espaços de inserção.

O programa Territórios de Identidade, inspirado nesse conceito, é o mais acertado programa governamental dos últimos anos, pois assimila princípios básicos da **democratização das políticas** públicas como a descentralização das decisões, a regionalização das ações e a co-responsabilidade na aplicação de recursos, e na execução e avaliação de projetos.

ANEXO A – PLANEJAMENTO 2012 – VISÃO DE FUTURO – ORIENTAÇÕES

Para colaborar na elaboração do planejamento 2012, sugere-se que seja preenchido sucintamente um anexo voltado à descrição do caráter estratégico da ação de Ater que está sendo ou vai ser desenvolvida no município. Seguem algumas orientações para a elaboração do documento.

A visão de futuro pode ter base na análise interna do escritório municipal, a partir da construção de cenários futuros, da análise dos principais sistemas e matrizes produtivas locais e regionais, da análise de fortalezas / oportunidades / fraquezas /ameaças existentes ou a partir da visão consolidada pela experiência de trabalho do extensionista. Porém, considerando-se a diretriz de trabalhar o planejamento participativamente, as mesmas questões podem ser formuladas a partir da construção conjunta com as parcerias institucionais (prefeitura, STR, universidade, etc.), organizações sociais (grupos organizados de produção, de mulheres e jovens, associações, movimentos, etc.) e também nos fóruns de representação dos agricultores (CMDR, Fórum da Agricultura, etc.), ou, ainda, diretamente pelos agricultores em diagnósticos comunitários (DRP), visitas, contatos, etc.

As questões a serem respondidas são:

1) Qual a visão de futuro existente para promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir do seu município?

Nessa questão podem ser previstos aspectos nas várias dimensões da sustentabilidade, como o econômico - produtivo, social, ambiental, cultural, ético e político. De uma forma geral, se for possível, descrever sucintamente quais os grandes objetivos a serem alcançados, quais as principais estratégias a serem desenvolvidas, quais os principais programas e projetos a serem desenvolvidos, de que forma podem ser alcançados (metodologia) e quais os recursos a serem mobilizados. Para a formulação de uma visão estratégica para a ação municipal deve preceder uma etapa de diagnóstico.

2) Quais as estratégias de mobilização que vêm sendo ou podem ser realizadas visando construir participativamente uma visão de futuro para o desenvolvimento sustentável a partir do seu município?

A segunda questão é sobre a estratégia para obtenção de uma visão futura de desenvolvimento sustentável. Descrever como a mobilização vem sendo conduzida ou pode ser realizada no município, ou mesmo sobre as dificuldades para realizá-la.

PLANEJAMENTO 2012
VISÃO DE FUTURO – ROTEIRO DE QUESTÕES

MUNICÍPIO: _____

EQUIPE MUNICIPAL:_____

MICRORREGIÃO:_____

SUPERVISOR:_____

ESREG:_____

1) Qual a visão de futuro existente para promover o desenvolvimento rural sustentável a partir do seu município?

2) Quais as estratégias de mobilização que vêm sendo ou podem ser realizadas visando construir participativamente uma visão de futuro para o desenvolvimento sustentável a partir do seu município?

ANEXO B – MATRIZ PARA PLANEJAMENTO

OBJETIVIDADE E CLAREZA DE UM PLANEJAMENTO OU DE UM PROJETO – perguntas orientadoras:

O que queremos alcançar? Objetivo específico (propósito e resultado direto do projeto).
Como e o que fazer? Plano de atividades e metodologia.
Quem? Atores.
Quando? Cronograma.
Recursos? De onde virão os recursos necessários para a execução.
Onde? Onde serão realizadas atividades previstas.

EXEMPLO 1 – MATRIZ BÁSICA PARA O PLANEJAMENTO

O QUE	COMO	QUEM E COM QUEM	QUANDO	ONDE	RECURSOS

EXEMPLO 2 – MATRIZ DETALHADA PARA O PLANEJAMENTO DE COMUNIDADE

Necessidades	Problemas Associados	ESTRATÉGIA DE AÇÃO									Obs
		O Que Fazer?				Como? (Método)	Quem e Com Quem?	Quando?	Onde?	Recursos?	
		Atividades	Práticas	Quanto?							
				Meta	Unidade Medida						

ANEXO C – FOFA

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
FORTALEZAS • •	**OPORTUNIDADES** • •
FRAQUEZAS • •	**AMEAÇAS** • •

Fortalezas: São fatores internos do grupo /instituição, ou da situação analisada, que contribuem para o seu melhor desempenho (fatores positivos).

Fraquezas: São fatores internos do grupo/instituição, ou da situação analisada, que influem negativamente sobre o desempenho (fatores negativos).

Oportunidades: São fatores externos que influem ou poderiam influir positivamente no desenvolvimento organizativo do grupo/instituição ou da situação analisada (fatores positivos).

Ameaças: São fatores externos que influem ou poderiam influir negativamente sobre o desenvolvimento organizativo do grupo/ instituição ou da situação analisada (fatores negativos).

ANEXO D – "CAIXA DE FERRAMENTAS" QUE PODEM SER UTILIZADAS EM PROCESSOS DE DRP

GRUPOS DE FERRAMENTAS	FERRAMENTAS
Observação participante	▪ Observação participante
Entrevistas semiestruturadas	▪ Entrevistas com participantes
Mapas e maquetes	▪ De recursos naturais - Mapa Social ▪ Da comunidade - De propriedade ▪ De fluxos econômicos - De migração ▪ Da situação futura
Travessia	▪ Caminhada coletiva ▪ Leitura de Paisagem
Calendários	▪ Agrícola - De atividades -Sazonal ▪ Histórico
Diagramas	▪ Árvore de problemas - Diagrama de Venn ▪ Fluxograma comercial - Fluxograma de produção
Matrizes	▪ Matriz de comercialização - Matriz de camadas sociais ("tipologia das famílias") ▪ Matriz de organização comunitária (baseada na "FOFA") - Matriz de priorização de problemas - Cenário de alternativas
Análise de gênero	▪ Rotina diária de atividades - Uso do tempo ▪ Distribuição de tarefas entre mulher e Homem - Matriz de tomada de decisões ▪ Matriz de controle e acesso - Mapa de Movimentos
Outras ferramentas	▪ Tradicionais (questionários, dados secundários, fotos aéreas, etc.) ▪ Invenção de novas ferramentas

Fonte: Stein, 2007, com base em Verdejo (2006).